

AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MULHERES NEGRAS COTISTAS E MOBILIDADE SOCIAL*

AFFIRMATIVE ACTIONS IN HIGHER EDUCATION: BLACK WOMEN IN QUOTAS AND SOCIAL MOBILITY

Ana Luisa Alves Cordeiro**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo delinear algumas considerações sobre a relevância que a categoria “gênero” tem, ao lado das de classe, raça e etnia, nas análises sobre as políticas de ação afirmativa. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e dados estatísticos. Se as mulheres negras encontram-se de forma majoritária na base da pirâmide social, figurando os piores índices em vários fatores (educação, emprego, saúde, serviço social, moradia etc.), surge a questão: como as cotas têm proporcionado a mobilidade social de cotistas negras egressas(os)? Constata-se que no atual período urge a necessidade de avaliações sobre as cotas, que permitam visualizar as mobilidades sociais, as mudanças de *status* social do passado para o presente. Acredita-se que próprio acesso, permanência e sucesso no ensino superior já configura uma mobilidade social, um novo *status* na vida destas mulheres.

Palavras-chave: Educação superior. Ações afirmativas. Gênero. Mobilidade social.

Abstract: This article aims to bring some considerations about the relevance that the category “gender” has in the subjects of class, race and ethnicity in the analyzes of the affirmative action policies. Was used the methodological procedure literature and statistical data. If black women are in a majority in the base of the social pyramid, figuring the worst rates in various factors (education, employment, health, social services, housing, etc.), the question arises: how quotas have conducted social mobility of black graduate students? In the current period there is an urgent need for evaluations about quotas, allowing to see social mobility, social status changes from past to present. It is believed that proper access, retention and success in higher education has set up a social mobility, a new status in this women’s lives.

Keywords: Higher education. Affirmative action. Gender. Social mobility.

Introdução

As políticas de acesso e permanência na educação superior brasileira são recentes. Implementadas a partir dos anos 1990, elas necessitam de mais estudos de caráter científico que possam analisar os reais impactos e transformações que promoveu ou causou até o presente momento, bem como apontar algumas perspectivas de futuro.

As ações afirmativas como políticas de Estado, além do combate a discriminação, buscam promover o acesso e a permanência de estudantes na educação superior, e se inserem no contexto de expansão da educação superior no Brasil, nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Este artigo faz parte da pesquisa de tese de doutorado¹, que tem por objeto a análise de trajetórias de estudantes negras(os) egressas(os) do sistema de cotas e sua mobilidade social. Tem-se por objetivo aqui delinear algumas considerações sobre a relevância que a categoria “gênero” tem, ao lado das de classe, raça e etnia, na análise sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior.

Utiliza-se o método histórico dialético, que possibilita a análise sobre o fenômeno das ações afirmativas, sob a perspectiva das categorias de “gênero”, raça e classe social, as quais serão definidas no decorrer do texto. Sanfelice (2005, p. 85) destaca que pesquisas orientadas pela dialética procuram contemplar o melhor possível uma análise objetiva da realidade estudada, apreendendo o conjunto de conexões internas, dos aspectos e dos momentos contraditórios internos de um fenômeno, captando conflitos, movimentos e tendências predominantes de sua transformação, tomando o objeto como uma totalidade e como uma unidade de contrários.

Organizado em seis tópicos, aborda no primeiro tópico, uma breve introdução; no segundo, a contextualização das ações afir-

mativas na educação superior, esboçando de forma sintética alguns movimentos históricos que permearam o processo de implementação de ações afirmativas no Brasil; no terceiro, o problema em torno do objeto, expondo alguns dados estatísticos sobre a situação da mulher negra² no Brasil, a indagação acerca do papel que a política de cotas pode ter na mobilidade social destas mulheres e a importância de determinadas categorias de análise das ações afirmativas/política de cotas na educação superior; no quarto tópico, algumas respostas a indagação feita, ao problema levantado, fazendo uma reflexão em torno da educação superior, política de cotas e mobilidade social; no quinto, a conclusão do trabalho; e no sexto, as referências.

Ações afirmativas na educação superior

Gomes e Moraes (2012) afirmam que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou o processo de expansão da Educação Superior, que teve sua continuidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), por meio de novas iniciativas. Entre as ações adotadas nos referidos períodos cita-se: Gratificação de Estímulo à Docência ao Magistério Superior (1998); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (1999); Programa Universidade para Todos – Prouni (2005), com recorte étnico-racial; Programa de Expansão da Ifes (2006); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007.

O Estado brasileiro iniciou o processo de expansão da Educação Superior procurando se pautar em um desenvolvimento sustentável baseado na inclusão social, adotando ações afirmativas

com recorte social e racial, vivenciando mudanças importantes na sua forma de gerir estrategicamente as políticas públicas. Isso é resultado de toda uma dinâmica internacional e da pressão dos movimentos sociais na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Nesta dinâmica social, compreende-se as ações afirmativas como

[...] políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva. (PIOVESAN, 2005, p. 40).

Para Vieira (2003, p. 86-89), as ações afirmativas, no combate às desigualdades raciais no Brasil, são políticas de Estado e das diversas instituições e instâncias governamentais, bem como iniciativas de ação afirmativa criadas pelas diversas formas de organização da sociedade civil.

Embora seja uma política de um Estado neoliberal, em uma sociedade capitalista, é inegável que a política de cotas vem promovendo maior acesso da população pobre, negra e indígena à educação superior.

A implementação de ações afirmativas no contexto brasileiro entra em consonância com inúmeras medidas de combate à discriminação, proclamadas internacionalmente, e das quais o Brasil é signatário: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação da Discriminação Racial (1965) e a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (1979).

nação de todas as formas de Discriminação Racial (1968), a Convenção III da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968), Declaração do Milênio (2000), a Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001), a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), entre outras.³

A Conferência de Durban⁴ destaca em seu documento as ações afirmativas/ações positivas, como medidas a serem assumidas pelo Estado, no combate à discriminação, mas também de acesso a educação, ao emprego, a saúde, a moradia, aos serviços sociais, reforçando que a construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades é responsabilidade primordial do Estado.

Nesta perspectiva, as ações afirmativas de acesso a educação superior constituem um passo importante para retirar da pobreza e dos baixos níveis de escolarização grande parte da sociedade brasileira, possibilitando ao país um desenvolvimento baseado na inclusão social. Bianchetti (1999, p. 88) considera as políticas sociais como estratégias promovidas no âmbito das políticas com objetivo de desenvolver um determinado modelo social, estratégias essas presentes nos planos, projetos e diretrizes de cada área social.

Para Bianchetti (2005, p. 93-95), as políticas educacionais, dentro do modelo neoliberal de sociedade, podem ser vistas como parte das políticas sociais, nas quais a estrutura educacional torna-se o veículo de efetivação das exigências do modelo social.

Assim, a política de cotas como uma das medidas propostas dentro das ações afirmativas, é uma política educacional, adotada pelo Estado para combater a discriminação racial no acesso a educação superior. Configura-se, conforme Gomes (2007, p. 57),

o ideal de concretização da igualdade de oportunidades, induzindo transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, provocando o imaginário coletivo a subtrair a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher.

Um passo importante foi dado em 2012, no sentido de ampliar a implementação de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, quando por unanimidade o Supremo Tribunal Federal aprovou a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012⁵, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, prevendo a reserva de 50% das vagas para oriundos de famílias de baixa renda e que tenham cursado integralmente o ensino médio na escola pública, as quais deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas do último Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, analisar a política de cotas com base nas categorias “gênero”, classe social, raça e etnia pode nos oferecer elementos consideráveis do real avanço social promovido pelas políticas educacionais, do que ainda serve de entrave, nos demandando elementos importantes para avaliação desta política. Além de possibilitar visualizar se está havendo mobilidade social, se o imaginário coletivo discriminatório tem se transformado, e se de fato e de direito o Brasil está efetivamente e de forma eficaz vivenciando um desenvolvimento social e econômico que inclui socialmente grupos antes relegados a situações de pobreza e miséria. O próximo tópico trata disto, partindo da realidade que dados estatísticos desenham sobre a situação da mulher negra no país.

Cotas sob as perspectivas de gênero, raça e classe

O Censo Demográfico de 2010 estimou a população do Brasil em 191 milhões de habitantes, sendo que 91 milhões se classificaram como brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%), dois milhões como amarelos (1,1%) e 817 mil indígenas (0,4%). Em relação ao Censo Demográfico realizado em 2000, percebeu-se um aumento importante nas pessoas que se declararam pretas e pardas, o que pode refletir na implementação das políticas de ação afirmativa no país. O Censo de 2010 aponta assim que mais da metade da população brasileira é negra (preta e parda), correspondendo a 50,7% da população.

A publicação *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, lançada em 2011, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontou alguns indicadores importantes e significativos. Quanto a taxa de escolarização, 16,6% de mulheres possuíam ensino superior para 12,2% de homens, porém a taxa de escolarização das mulheres brancas é maior que a das mulheres negras, correspondendo a 23,8% para 9,9% respectivamente. No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de participação de pessoas com mais de 16 anos é de 58,9% para mulheres e de 81,6% para homens, sendo que as taxas de desemprego remetem às mulheres negras (12%) para a menor (5%) dos homens brancos. O índice de formalização é maior entre os homens brancos (43% com carteira assinada), sendo o pior índice o das mulheres negras (23%, apenas, com carteira assinada). As mulheres negras, no que tange a distribuição por setor de atividade, concentram-se no setor de serviços sociais (34% da mão de obra feminina), em serviços ligados a educação, saúde, serviços sociais e domésticos. As diferenças de gênero e raça marcam a inserção das mulheres no mercado

de trabalho: elas estão em menor quantidade que os homens, ocupam espaços diferenciados e exercem os trabalhos mais precários.

Quanto aos dados sobre renda e pobreza o referido documento aponta que embora o rendimento médio tenha aumentado, as desigualdades permanecem. A renda das mulheres negras continua na base da pirâmide da hierarquia social, correspondendo a 30,5% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, os quais estão no topo da pirâmide com os melhores rendimentos. Em 2009, nos 10% mais pobre da população, os negros e as negras correspondiam a 72% deste grupo. Independente de sexo, cor ou raça, as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as desigualdades mais marcantes quanto a concentração de renda.

Apesar de o indicador de renda ter apresentado leve decaída na diferença de renda entre brancos e negros, o que se deve em grande medida às políticas públicas (educação, mercado de trabalho, bolsa família etc.), as mudanças ainda são lentas quando se fala em mobilidade social, além de permanecer ativa uma cultura, um imaginário coletivo machista e racista, que precisa ser desconstruído para que de fato uma cultura de igualdade de gênero e raça e de democracia racial, se instale em nossa nação.

Quando os indicadores de pobreza são desagregados por gênero, raça e/ou etnia, percebe-se que a pobreza no Brasil tem sexo e cor, ou seja, que as mulheres negras na pobreza estão entre as mais pobres dos(as) pobres e neste contexto é relevante indagar sobre o papel que as políticas de cotas têm na mobilidade social de mulheres negras egressas do sistema de cotas.

Entende-se, portanto, a categoria “classe social” como elemento de uma sociedade estruturada no modo de produção capitalista, onde há duas classes sociais antagônicas: uma que detém os meios de produção e outra que detém a força de trabalho. A população

negra, determinada por sua “raça” figura historicamente a classe que majoritariamente detém a força de trabalho, sendo que as mulheres negras são as que sentem mais o peso desta estrutura desigual, racista e machista, primeiro por serem mulheres, depois por serem negras e somando-se a isso serem pobres.

Analisar a política de cotas também sob o viés da categoria “gênero” tem um papel político. Como afirma Soares (2007, p. 143),

[...] a experiência tem demonstrado que muitos dos objetivos para a construção da igualdade de gênero ou mesmo resultados de diagnósticos da situação das mulheres não chegam a fazer parte das agendas públicas nacionais. Uma das razões disso, em muitos casos, é a invisibilidade estatística e a falta de argumentos sólidos que poderiam contribuir para outorgar prioridade a determinadas ações e programas.

Estando as mulheres negras figurando entre os piores índices sociais, urge a necessidade de questionar se as políticas de cotas têm possibilitado a mobilidade social destas como egressas do sistema de cotas, se as mesmas têm vivenciado uma mudança do passado com o presente, uma mudança de *status* social, uma saída dos piores índices sociais.

Neste sentido, Soares (2007, p. 146) reforça que incorporar a perspectiva de gênero nas análises que fazemos serve para valorizar as implicações que têm qualquer ação planejada, tanto para homens como para mulheres, integrando estrategicamente os temas de interesse e da experiência de mulheres, e dos homens, como dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento, e avaliação de políticas e programas, nas esferas políticas, econômicas e sociais, de modo que desigualdades não sejam perpetuadas.

A desagregação de gênero e raça permite o que Sebastião (2008) destaca quanto ao uso da categoria “mulher negra”, que do ponto de vista discursivo, encontra-se na base de argumentação no conceito de raça “construído socialmente”, indo assim além da categoria “mulher” num sentido genérico, possibilitando que a diversidade do gênero feminino seja visualizada, bem como a experiência diferenciada de racismo que mulheres negras vivenciam.

As mulheres negras são as mais pobres, com menos escolarização, com os maiores índices de analfabetismo, com menos formalização/carteira assinada, desempenhando os trabalhos mais precários e com os menores rendimentos do mercado de trabalho, logo aquelas que se encontram nos piores índices em todos os sentidos no contexto social brasileiro. Santos (2012, p. 231) destaca mulheres negras que, ao longo do século XX, são modelos e símbolos de trabalho, resistência cultural e luta pela inserção no mercado de trabalho, as quais foram silenciadas em sua atuação e produção, não só nas lutas pela cidadania e defesa dos Direitos Humanos, mas como lideranças. Apesar da invisibilidade imposta, mulheres que inspiram gerações de mulheres negras, como Beatriz Nascimento, uma das precursoras da defesa dos direitos dos povos quilombolas, Lélia Gonzalez, um marco na autoafirmação da mulher negra e no debate com diversos movimentos feministas, e Benedita da Silva, mulher que morava na favela e foi eleita deputada federal, senadora e governadora do estado do Rio de Janeiro e nomeada ministra do Desenvolvimento Social, no início do governo do presidente Lula, são “mulheres que disseram não para os espaços mais marginais e sombrios em que quiseram manter a mulher negra”, lutando por novas realidades.

Assim é necessário questionar quantas mulheres negras entraram para educação superior, quantas permaneceram e concluíram

seus cursos, que cursos e áreas foram, quantas evadiram e porquê, qual era a situação socioeconômica, o *status* destas mulheres ao ingressarem no ensino superior por meio do sistema de cotas e qual é a situação socioeconômica, o *status* social destas mulheres após obterem a titulação superior, quantas deram continuidade aos estudos acadêmicos em programas de pós-graduação, quais suas trajetórias acadêmicas de vida, em suma, se houve mobilidade social de mulheres negras egressas do sistema de cotas, tema a ser aprofundado no próximo tópico.

Mobilidade social de mulheres negras cotistas

Retoma-se o questionamento deste trabalho: É possível falar de mobilidade social de mulheres negras egressas do sistema de cotas? Para responder este problema posto, precisamos inicialmente demarcar a concepção de “mobilidade social” que permeia nossa reflexão.

Como já destacado em outros momentos no texto, entende-se mobilidade social como mudanças no *status* social, como o estudo da mobilidade vertical que se refere a uma relação entre a posição social do presente com a do passado, identificando como as pessoas se distribuem nos diversos níveis da estrutura social através do tempo, o peso da herança cultural, dos recursos individuais e das oportunidades econômicas e sociais proporcionadas pela sociedade em determinado período de tempo. O estudo da mobilidade examina também os impactos dos movimentos individuais e grupais sobre a estrutura social, atentando para a diminuição e expansão das camadas sociais. A mobilidade ascendente permite revelar a promoção social que as pessoas estão vivenciando em

diversas áreas da vida, entre elas a educacional e econômica. Uma sociedade que não tem mobilidade seria uma sociedade estagnada e reprodutora da estrutura social. O desenvolvimento seria a elevação do padrão de vida da população, a equidade, o que faz da “mobilidade” um indicador de desenvolvimento social (PASTORE, 1979, p. 3-4).

Pastore (1979, p. 13), portanto, sintetiza a mobilidade social como um

[...] complexo de mudanças que ocorrem no sistema social e nos indivíduos ao longo do tempo como fruto e como determinante do desenvolvimento. A mobilidade social revela o ritmo e a natureza das transformações que ocorrem na estrutura social.

No Sistema de Seleção Unificada (SISU) 1/2013⁶ foram disponibilizadas 129.319 vagas, para 3.752 cursos, de 101 instituições de ensino superior brasileiras, sendo que metade das vagas foram preenchidas pela concorrência via política de cotas. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação⁷ o Programa Universidade para Todos (Prouni), registrou 1.032.873 inscrições, como cada candidato(a) teve a oportunidade fazer até duas opções curso, o total de inscrições foi de 2.011.538. Com a implementação da Lei de Cotas 12.711/2012, há grande demanda de cotistas adentrando as Instituições de Educação Superior (IES) e dados como estes precisam ser aprofundados, desagregados, de forma que possibilite a visualização do acesso ao ensino público, para detectar se cada vez mais mulheres negras estão ou não chegando a educação superior.

Existe hoje um volumoso estudo sobre a política de cotas na educação superior, alguns estudos pontuais, outros mais amplos, porém carece-se de estudos sobre egressas(os) do sistema de co-

tas. Não apenas os dados estatísticos são relevantes, mas também os relatos de trajetórias acadêmicas de vida, que nos permitam um contato com a(o) estudante egressa(o), que obteve sucesso em seu trajeto acadêmico ao concluir o nível superior de ensino, detectando seu perfil socioeconômico no passado e no presente, se houve mobilidade social.

Acredita-se que o próprio acesso, permanência e sucesso na educação superior seja uma mobilidade social. Resta-nos saber se a obtenção da titulação possibilitou o acesso a condições melhores de emprego, moradia, saúde, serviços sociais, inclusive a própria continuidade nos estudos em nível de pós-graduação, ou seja, se houve promoção humana. Questões mais profundas ainda podem ser postas quanto a dissolução de um imaginário discriminatório, se houve promoção humana num sentido de mudança cultural da sociedade. Neste ponto, acredita-se que a inserção da população negra nestes espaços sociais traz consigo um novo perfil social, que impacta na visão de mundo das pessoas, suscitando reelaborações culturais.

Pode-se então responder que sim, é possível falar de mobilidade social de mulheres negras egressas do sistema de cotas, pelo simples fato do acesso, permanência e sucesso no ensino superior, porém um aprofundado estudo científico precisa ser feito neste sentido, de modo a contribuir na avaliação das ações afirmativas na educação superior brasileira.

Conclusão

Neste artigo procurou-se destacar principalmente a importância da categoria “gênero” na análise das ações afirmativas na

educação superior, como uma política de Estado. Esta categoria permite perceber desigualdades entre homens e mulheres, de forma a não perpetuá-las. Ela deve ser aplicada em conjunto com as categorias de classe social, raça e etnia, de modo que é possível falar de experiências de mulheres negras no sistema de cotas.

Foi possível visualizar no decorrer do trabalho que as mulheres negras, na realidade social brasileira, figuram os piores índices sociais, o que suscita a questão sobre como as políticas de cotas têm possibilitado a mobilidade social de mulheres negras egressas do sistema de cotas. Acredita-se que próprio acesso, permanência e sucesso no ensino superior já configura uma mobilidade social, um novo *status* na vida destas mulheres.

Em um país em que a população, no Censo Demográfico de 2010, se caracterizou tendo 51% de mulheres e 49% de homens, e metade da população (50,7%) se declarou negra (preta e parda), sendo que quanto a taxa de escolarização, como visto, 16,6% de mulheres possuíam ensino superior para 12,2% de homens, porém a taxa de escolarização das mulheres brancas é maior que a das mulheres negras, correspondendo a 23,8% para 9,9% respectivamente, mulheres negras acessando, permanecendo e concluindo os estudos já é em si um grande avanço social, por mais sutil que possa ser o crescimento neste sentido.

Referências

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Brasília: Presidência da República, 2012.

CENSO DEMONSTRATIVO 2010. **Características da população e dos domicílios**. Resultado do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: UNESCO; BID; MEC, 2007. p. 47-82.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1979.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos. In: SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 35-46.

RELATÓRIO DA III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFÓBIA E INTOLERÂNCIAS RELACIONADAS (inclui a Declaração e o Plano de Ação). Disponível em: <[http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument)>. Acesso em: 28 abr. 2013.

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA/ Instituto de Pesquisa Aplicada [et al.]. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011.

SANFELICE, José Luís. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 69-94.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico. In: CARVALHO, Marília P.; PINTO, Regina P. (Orgs.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-132.

SOARES, Vera. Indicadores de gênero não medem a felicidade, mas são importantes na avaliação das políticas públicas. In: LIMA, Maria Ednalva B. da; COSTA, Ana Alice A.; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera. **Transformando a relação de trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 143-150.

VIEIRA, Andréa Lopes da C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 81-97.

Sites consultados

<http://www.ibge.gov.br> [Acesso em: 30 abr. 2013].

<http://www.ipea.gov.br> [Acesso em: 24 abr. 2013].

<http://portal.mec.gov.br> [Acesso em: 24 abr. 2013].

<http://www.observatoriodegenero.gov.br> [Acesso em: 30 abr. 2013].

<http://www.planalto.gov.br> [Acesso em: 30 abr. 2013].

<http://portal.mj.gov.br> [Acesso em: 30 abr. 2013].

<http://sisu.mec.gov.br> [Acesso em: 24 abr. 2013].

<http://www.unhchr.ch> [Acesso em: 30 abr. 2013].

Notas

* Artigo apresentado durante o XXI Seminário Nacional Universitas/Br, no Eixo 5 – Acesso e permanência na expansão da educação superior, de 29 a 31 de maio de 2013, com apoio financeiro da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), do Ministério da Cultura, edital de intercâmbio 1/2013.

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Orientadora: Profa. Dra. Mariluce Bittar (E-mail: <bittar@ucdb.br>). Bolsista PROSUP/CAPEX. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia (GEPEGRE/CNPq/UEMS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEX-UCDB). E-mail: <analuisatri@yahoo.com.br>.

¹ A pesquisa de Tese no Doutorado em Educação, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS), integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEX-UCDB), cujos projetos coletivos desenvolvem-se no âmbito da Rede Universitas/Br.

² Aquelas que se declaram pretas e pardas, de acordo com dados do IBGE.

³ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Convencoes,%20tratados%20e%20pactos%20ratificados%20pelo%20Brasil.pdf>. <<http://www.observatoriodogenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

⁴ Relatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (inclui a Declaração e o Plano de Ação), Durban, 30 de agosto a 7 de setembro de 2001. Disponível em: <[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument)>. Acesso em: 30 abr. 2013.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 30 abr. 2013.

⁶ Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/como-funciona>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18411:pre-selecionados-tem-primeira-convocacao-nesta-quinta-feira-&catid=229&Itemid=86>. Acesso em: 24 abr. 2013.